

# Eólica do Agreste Potiguar II S.A.

**Demonstrações contábeis 31 de  
dezembro de 2024**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis</b>	<b>3</b>
<b>Balanco patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,  
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

## Aos Administradores e Acionistas da Eólica do Agreste Potiguar II S.A.

São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica do Agreste Potiguar II S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Eólica do Agreste Potiguar II S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Reconhecimento de Receita de Geração de Energia Elétrica

Veja as Notas 3.11 e 13 das demonstrações contábeis.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu Receita de Geração de Energia Elétrica no montante de R\$ 33.513 mil, conforme divulgado na nota explicativa 13 às demonstrações contábeis.</p> <p>As receitas da Companhia são oriundas principalmente de geração de energia elétrica aos consumidores no ambiente regulado e livre. O reconhecimento da receita é realizado quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens.</p> <p>Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações de venda, bem como o risco de uma receita de venda de energia ser reconhecida sem a efetiva transferência do controle ao cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(i) Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas de geração de energia elétrica;</li><li>(ii) Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, onde confrontamos com os relatórios gerenciais da Companhia relativos à Receita de geração de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia gerado e comercializado, bem como o período de suprimento. Adicionalmente, inspecionamos as contabilizações do corte da receita realizadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2024.</li><li>(iii) Realização de procedimentos, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de geração de energia elétrica; e</li><li>(iv) Inspeção, em base amostral, de recebimentos subsequentes de faturas de venda de energia.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de geração de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto.</p>

## Outros assuntos

### Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 26 de Março de 2024, sem modificação.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de Fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

# Eólica do Agreste Potiguar II S.A.

## Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>15.021</b>	<b>11.154</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	213	535
Investimento de curto prazo	5	10.050	6.973
Contas a receber de clientes	6	3.922	3.023
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		375	320
Impostos Compensáveis		13	-
Despesas pagas antecipadamente		296	166
Outros ativos		152	137
<b>Não circulante</b>		<b>311.773</b>	<b>330.954</b>
Outros ativos		7	7
Impostos Diferidos		276	-
Imobilizado	7	310.606	329.883
Intangível	8	884	1.064
<b>Total do ativo</b>		<b>326.794</b>	<b>342.108</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>10.912</b>	<b>70.045</b>
Fornecedores		1.338	2.493
Empréstimos em moeda nacional	9	1.377	2.445
Empréstimos em moeda estrangeira	9	-	45.724
Debêntures	9	3.849	-
Arrendamentos		96	36
Partes relacionadas	11	1.797	1.788
Salários e férias a pagar		248	191
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	459
Outros tributos a pagar		288	201
Encargos setoriais		50	53
Provisões	10	730	16.594
Outros passivos		1.139	61
<b>Não circulante</b>		<b>161.995</b>	<b>109.421</b>
Empréstimos em moeda nacional	9	94.264	94.761
Debêntures	9	50.565	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	5.000
Arrendamentos		4.098	2.732
Provisões	10	13.068	6.928
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>153.887</b>	<b>162.642</b>
Capital social	12	172.069	172.069
Prejuízos acumulados		(18.182)	(9.427)
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>326.794</b>	<b>342.108</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Eólica do Agreste Potiguar II S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>13</b>	<b>33.513</b>	<b>6.618</b>
<b>Custos operacionais</b>	<b>14</b>	<b>(25.438)</b>	<b>(8.860)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) bruto</b>		<b>8.075</b>	<b>(2.242)</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>	<b>14</b>	<b>(1.758)</b>	<b>(783)</b>
Despesas gerais e administrativas		(1.760)	(783)
Outras receitas		2	-
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro</b>		<b>6.317</b>	<b>(3.025)</b>
Despesas financeiras	<b>15</b>	(18.070)	(5.460)
Receitas financeiras	<b>15</b>	2.720	1.231
		<b>(15.350)</b>	<b>(4.229)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(9.033)</b>	<b>(7.254)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>16</b>	2	(640)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>16</b>	276	-
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(8.755)</b>	<b>(7.894)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Eólica do Agreste Potiguar II S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 2023

*(Em milhares de Reais)*

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Prejuízo do exercício</b>	<u>(8.755)</u>	<u>(7.894)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><b>(8.755)</b></u>	<u><b>(7.894)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Eólica do Agreste Potiguar II S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de Reais)*

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>94.973</b>	<b>(1.533)</b>	<b>93.440</b>
Aumento de capital	77.096	-	77.096
Prejuízo do exercício	-	(7.894)	(7.894)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>172.069</b>	<b>(9.427)</b>	<b>162.642</b>
Prejuízo do exercício	-	(8.755)	(8.755)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>172.069</b>	<b>(18.182)</b>	<b>153.887</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Eólica do Agreste Potiguar II S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(9.033)	(7.254)
<b>Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa</b>			
Receita de aplicações financeiras		(1.404)	6.822
Depreciação e amortização	7 e 8	13.670	4.517
Encargos de dívidas		15.748	5.223
Outras variações/atualizações monetárias e cambiais líquidas		674	(572)
Baixa de ativos intangíveis	8	-	(79)
		<b>19.655</b>	<b>8.657</b>
<b>(Aumento) redução no ativo</b>			
Contas a receber de clientes		(899)	(3.023)
Adiantamento a fornecedores		(45)	167
Tributos a recuperar		(11)	(216)
Despesas pagas antecipadamente		(130)	284
Outros ativos circulantes e não circulantes		30	(39)
		<b>(1.055)</b>	<b>(2.827)</b>
<b>Aumento (redução) no passivo</b>			
Fornecedores		(3.278)	(20.771)
Partes relacionadas		9	1.788
Salários, férias a pagar		54	213
Tributos a recolher		85	(124)
Outros passivos circulantes		1.316	1.306
		<b>(1.814)</b>	<b>(17.588)</b>
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		(514)	(199)
<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais</b>		<b>16.272</b>	<b>(11.957)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Adições no imobilizado	7	-	(22.058)
Adições no intangível	8	(560)	(35)
Resgate em investimento de curto prazo		84.571	60.689
Aplicações em investimento de curto prazo		(86.243)	(44.951)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(2.232)</b>	<b>(6.355)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Aumento de capital		-	10.656
Adiantamento para futuro aumento de capital		(5.000)	26.440
Empréstimos tomados	9	51.878	97.019
Amortização de principal do financiamento	9	(48.645)	(89.500)
Amortização de pagamento de juros do financiamento	9	(12.069)	(26.981)
Amortização de principal de arrendamentos		(461)	-
Amortização de pagamento de juros arrendamentos		(65)	(121)
<b>Caixa líquido aplicado (proveniente) nas atividades de financiamentos</b>		<b>(14.362)</b>	<b>17.513</b>
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(322)</b>	<b>(799)</b>
<b>Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa</b>			
Saldo no início do exercício	4	535	1.334
Saldo no final do exercício	4	213	535
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(322)</b>	<b>(799)</b>

Notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)*

### **1 Informações gerais**

A Eólica do Agreste Potiguar II S.A. (“Companhia”), com sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, cj. 151, sala X -Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 12 de março de 2019 e tem como propósito a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares da Central Geradora Eólica AW Santa Régia, sob o regime de produção independente de energia elétrica, localizada no município de Jandaíra, no estado do Rio Grande do Norte. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Em 21 de janeiro de 2020, a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), recebeu por meio da Resolução Autorizativa nº 8.520, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autorização para implantar e explorar a Central Geradora Eólica AW Santa Régia. A central geradora será constituída por 9 unidades geradoras de 4.200kW cada, totalizando 37.800 kW de potência instalada e 37.500 kW de potência líquida, sob o regime de comercialização no mercado livre, conforme despacho nº 4.038 de 16 de dezembro de 2021. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos a partir da data da resolução podendo ser prorrogada a critério do poder concedente. Não está previsto indenização dos investimentos efetuados ao final do prazo da autorização. Em 17 de novembro de 2020, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.453 a autorização foi transferida da “Alupar” para a Companhia.

Em 26 de novembro de 2020 a Companhia solicitou o enquadramento do projeto no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura – REIDI, que consiste em um incentivo fiscal que suspende a incidência de PIS e COFINS sobre as aquisições de imobilizado relacionados à construção do projeto, o qual foi dado parecer favorável pela ANEEL em 29 de dezembro de 2020 e foi encaminhado ao Ministério de Minas e Energia para publicação da portaria específica. Em 25 de janeiro de 2021 o Ministério de Minas e Energia emitiu a Portaria nº 494 aprovando o enquadramento do Projeto Central Geradora Eólica AW Santa Régia no REIDI. Em 4 de fevereiro de 2021 a Companhia solicitou a habilitação no REIDI à Receita Federal do Brasil e em 11 de fevereiro de 2021 recebi a habilitação.

A partir de 13 de setembro de 2023 o empreendimento foi liberado pela ANEEL para início da operação comercial, por meio do Despacho nº 3.394 de 12 de setembro de 2023.

#### **1.1 - Assuntos relevantes do período**

##### **Acordo para autoprodução com a WEG S.A.**

Em 05 de julho de 2023, a controlada Eólica do Agreste Potiguar II (“EAP II”) celebrou contrato com duas controladas da WEG S.A. (“WEG”) para a formação de uma parceria societária que tem por objeto a geração de energia para o consumo pelas unidades produtivas da WEG. A EAP II e a WEG firmam essa Parceria para explorar o parque eólico AW Santa Régia localizado no município de Jandaíra - RN, que terá capacidade instalada de 37,8 MW e garantia física de 21,7 MW médios, dos quais cerca de 15 MW médios serão anualmente entregues à WEG sob o regime de autoprodução por equiparação, com início de suprimento de energia a partir de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2041.

Esta Parceria contribui para a expansão dos parques geradores da Controlada, através de operações no mercado livre de energia e reforça o posicionamento da mesma no âmbito de uma transição energética mais sustentável e renovável.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **2.2 Base de conformidade**

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 25 de fevereiro de 2025.

Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estarão evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **2.3 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, os mensurados a valor justo.

### **2.4 Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### **2.5 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos

ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões e inclusive provisões para contingências.

### ***I. Julgamentos***

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 11 – Provisão para desmobilização de ativos e nota explicativa 3.4 - Provisões: Reconhecimento e mensuração dos valores envolvidos;

### ***II. Incertezas sobre premissas e estimativas***

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Contas a receber de clientes e nota explicativa 3.11 - Receita de geração de energia elétrica: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”);
- Nota 7 e nota explicativa 3.5 – Imobilizado: taxa de depreciação;
- Nota 11 – Provisão para desmobilização de ativos e nota explicativa 3.4 - Provisões: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

## **3 Sumário das principais práticas contábeis materiais**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

### **3.1 Instrumentos financeiros**

#### **Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

## **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

### ***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:***

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:***

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**Desreconhecimento**

**Ativos financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

## **Passivos financeiros**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

## **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.2 Redução ao valor recuperável**

#### **Ativos financeiros não-derivativos**

##### ***Instrumentos financeiros***

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

##### ***Mensuração das perdas de crédito esperadas***

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia

espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

### ***Ativos financeiros com problemas de recuperação***

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo

amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

### ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do

valor contábil bruto dos ativos.

### ***Baixa***

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

### ***Ativos não financeiros***

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro

de 2024 e 2023 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

### **3.3 Instrumentos financeiros derivativos**

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mantidos ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o derivativo ser designado ou não como instrumento de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia não adotam a contabilidade de hedge accounting e designa seus derivativos como:

#### **Instrumentos derivativos não designados em hedge accounting**

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, as Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial e juros. O principal instrumento utilizado é o swap.

#### **Instrumentos de proteção de dívida em Dólares**

Instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de converter para real brasileiro as dívidas e empréstimos denominados em dólares americanos, por meio de SWAP's. Nesses instrumentos a Companhia trocam a posição de exposição cambial do dólar americano dos empréstimos tomados pela taxa de juros flutuante do CDI mais taxa de juros fixa. Ganhos, bem como a marcação a mercado das operações quando ocorridos, foram reconhecidos no resultado.

### **3.4 Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para desmobilização são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu, à exceção das obras aterradas, como fundações, rede de água e esgoto, etc.

### **3.5 Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método

linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015, limitada pelo prazo de autorização de exploração do parque.

### **3.6 Intangível**

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

### **3.7 Provisão para desmobilização**

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil.

### **3.8 Tributação**

Em 2024 a companhia está enquadrada no regime de apuração lucro real, e em 2023 estava enquadrada no lucro presumido.

#### ***Tributos sobre as vendas***

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) — Lucro Real 1,65%; Lucro Presumido 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) Lucro Real 7,60%, Lucro Presumido 3,00%

Regime Especial PIS e COFINS: aplicável às empresas integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), criado pelo art. 47 da Lei de nº 10.637/2002, no qual a empresa passa a tributar as receitas oriundas dessas transações pela alíquota do regime cumulativo (3,65%) nas contribuições de PIS (0,65%) e COFINS (3,00%).

Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência e deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

#### ***Imposto de renda e contribuição social – correntes***

2024: O imposto de renda e a contribuição social correntes são registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Real, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% e acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 20 mil pelo número de meses do respectivo período de apuração totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício

2023: O imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Presumido no regime de caixa, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas com a presunção aplicando sobre o montante da receita bruta as alíquotas de 8% e 12% respectivamente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 mil trimestrais totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

#### ***Imposto de renda e contribuição social – diferidos***

O Imposto de renda e a contribuição social – diferidos Ativos e Passivos são mensurados com base nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo referem-se ao reconhecimento de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, e são revertidas a medida em que os saldos vão se realizando. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

### **3.9 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica**

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427.1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

### **3.10 Arrendamentos**

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante.

### **3.11 Receita de geração de energia elétrica**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia – ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. O preço médio de venda atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 215,70 MW/h. (R\$ 105,39 MW/h em 2023)

(i) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzida, é comercializada no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

### **3.12 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou,
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

### **3.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

### **3.14 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes**

#### **Em vigor desde 1º de janeiro de 2024**

Os principais normativos revisados e que são efetivos para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, são:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante com Covenants - Alterações ao CPC 26 (IAS 1));
- Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback; e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7);
- Esclarecimentos sobre a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – Resolução CVM nº 199 e CPC 09 (R1).

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

#### **Novas normas e interpretações ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

#### **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis**

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 e trará as seguintes exigências:

- Define o lucro ou prejuízo operacional como ponto de partida para a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) no método indireto;
- Divide as despesas e receitas em três categorias: operacional, investimento e

financiamento;

- Propõe novos subtotais na demonstração do resultado, como lucro ou prejuízo operacional e receitas e despesas de associadas integrais e empreendimentos conjuntos;

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

### **Outras Normas Contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

## **4 Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2024	31/12/2023
Banco conta movimento	213	535

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

## **5 Investimento de curto prazo**

	Remuneração média		31/12/2024	31/12/2023
	31/12/2024	31/12/2023		
Fundo de Investimento - STA Energia	94,99% do CDI	101,12% do CDI	7.122	4.038
Fundo de Investimento - Banco do Nordeste - BNB	77,71% do CDI	84,33% do CDI	2.928	2.935
			<b>10.050</b>	<b>6.973</b>

A Companhia aplica seus recursos no fundo de investimento, Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos e no Fundo Soberado BNB, cujo objetivo é acompanhar as variações dos certificados de depósitos interfinanceiros (CDI). Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

Os saldos das contas vinculadas ao empréstimo é compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas ao contrato do Banco do Nordeste.

## 6 Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre - partes relacionadas	3.078	2.091
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre	-	677
Ajuste positivo CCEE	844	255
	<b>3.922</b>	<b>3.023</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi constituída provisão para perda dos recebíveis, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes, na avaliação e monitoramento do risco de crédito.

Os contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita. Em 31 de dezembro de 2024, não há títulos vencidos no contas a receber da Companhia.

## 7 Imobilizado

Taxa média anual de amortização	31/12/2022	Adições	Transferecia	Outros (i)	31/12/2023	Adições	Outros (i)	31/12/2024
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00%	-	2.438	-	2.438	-	-	2.438
Máquinas e equipamentos	6,67%	300	311.184	-	311.484	557	4.755	316.796
Móveis e utensílios	6,25%	-	13	-	13	3	-	16
Direito de uso sobre arrendamento	-	-	-	2.767	2.767	-	1.484	4.251
Desmobilização de ativos	-	-	5.076	-	5.076	-	-	5.076
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	-	<b>300</b>	<b>318.711</b>	<b>2.767</b>	<b>321.778</b>	<b>560</b>	<b>6.239</b>	<b>328.577</b>
<b>Imobilizado em curso</b>								
A ratear	250.689	22.058	(317.907)	45.160	-	-	-	-
Estudos e Projetos	744	-	(804)	60	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedor	13.235	-	-	(643)	12.592	-	(12.588)	4
<b>Total do imobilizado em curso</b>	<b>264.668</b>	<b>22.058</b>	<b>(318.711)</b>	<b>44.577</b>	<b>12.592</b>	<b>-</b>	<b>(12.588)</b>	<b>4</b>
<b>Depreciação</b>								
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	(28)	-	-	(28)	(85)	-	(113)
Máquinas e equipamentos	-	(4.395)	-	-	(4.395)	(13.077)	-	(17.472)
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Direito de uso sobre arrendamento	-	(24)	-	-	(24)	(166)	-	(190)
Desmobilização de ativos	-	(40)	-	-	(40)	(159)	-	(199)
<b>Total do imobilizado em curso</b>	-	<b>(4.487)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.487)</b>	<b>(13.488)</b>	<b>-</b>	<b>(17.975)</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>264.668</b>	<b>17.871</b>	<b>-</b>	<b>47.344</b>	<b>329.883</b>	<b>(12.928)</b>	<b>(6.349)</b>	<b>310.606</b>

(i) Outros: imobilizado em serviço em 2023 refere-se a remensuração de arrendamentos, constituição de provisão para desmobilização de ativos, em 2024 refere-se a remensuração de arrendamentos e provisão para constituição de ativos.

Imobilizado em curso: em 2023 refere-se a custos dos empréstimos, receita de aplicação financeira, baixa de adiantamento de fornecedores e provisões de constituição de ativos e ambientais que foram capitalizados durante o período de implantação

## 8 Intangível

	Taxa média anual de amortização	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023	Adições	31/12/2024
<b>Em serviço</b>							
Outros intangíveis	19%	-	1.094	-	1.094	-	1.094
<b>Total do custo do intangível</b>		<b>-</b>	<b>1.094</b>	<b>-</b>	<b>1.094</b>	<b>-</b>	<b>1.094</b>
<b>Imobilizado em curso</b>							
Estudos e Projetos		44	35	(79)	-	3	3
<b>Total do custo do intangível</b>		<b>44</b>	<b>35</b>	<b>(79)</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
<b>Amortização</b>							
Outros intangíveis		-	(30)	-	(30)	(183)	(213)
<b>Total da amortização</b>		<b>-</b>	<b>(30)</b>	<b>-</b>	<b>(30)</b>	<b>(183)</b>	<b>(213)</b>
<b>Total do intangível líquido</b>		<b>44</b>	<b>1.099</b>	<b>(79)</b>	<b>1.064</b>	<b>(180)</b>	<b>884</b>

Outros intangíveis refere-se a licenças ambientais concedidas pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais.

O montante de R\$ 1.094 apresentado na coluna de adições refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da Companhia relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

## 9 Empréstimos

### Captação em moeda estrangeira

Em junho de 2022 a Companhia firmou um contrato de empréstimos em dólares americanos, sendo o montante de US\$ 27.707, equivalente a R\$ 142.412, transação realizada em junho de 2022, com pagamento do principal por contrato de câmbio no final do contrato em dezembro de 2023 e juros semestrais em dezembro de 2022, junho de 2023 e dezembro de 2023. Na data de vencimento da operação haverá a conversão do real ao dólar para quitação da dívida. Parte deste empréstimo foi amortizado em 21 de dezembro de 2023 no montante R\$ 106.508 com parte dos recursos oriundos do empréstimo obtido junto ao Banco BNB em 15 de dezembro de 2023.

O saldo remanescente da dívida foi renegociado e em 21 de dezembro de 2023 a Companhia firmou um novo contrato de curto prazo em dólares americanos, sendo o montante de US\$ 9.354, equivalente a R\$ 45.615 onde foi definido o pagamento da operação em parcela única de principal mais juros para a data de 16/02/2024, podendo ser quitado de forma antecipada. Na data de vencimento da operação haverá a conversão do real ao dólar para quitação da dívida.

Em 23 de janeiro de 2024 a Companhia realizou a liquidação do empréstimo em moeda estrangeira no montante de R\$ 46.331 com recursos oriundos do ingresso das debêntures.

## Instrumentos Financeiros

A Companhia contratou operação de SWAP em junho de 2022 para proteção da exposição cambial e risco de oscilação da taxa de juros dos empréstimos em moeda estrangeira. A operação com o efeito do SWAP apresenta taxa da moeda US\$ (SOFR+0,60%) \* 1.17647 pela variação do CDI mais 0,98% ao ano.

Em 21 de dezembro de 2023 Companhia contratou operação de SWAP para proteção da exposição cambial e risco de oscilação da taxa de juros dos empréstimos em moeda estrangeira. A operação com o efeito do SWAP apresenta taxa da moeda US\$ (SOFR+0,70%) \* 1.17647 pela variação do CDI mais 1,13% ao ano. Em 23 de janeiro de 2024 a Companhia realizou a liquidação dos empréstimos em moeda estrangeira mencionados acima, com recursos oriundos do ingresso das debêntures.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são compostos da seguinte forma:

Financiadores	Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	(% a.a.) Taxa efetiva	Periodicidade da amortização (Principal/Juros)	31/12/2024			31/12/2023		
						Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Citibank S.A	21/06/2022	21/12/2023	(USD) 20.293	SOFR+0,60%	Semestral	-	-	-	440	44.919	45.359
Banco Citibank (Derivativo SWAP)	21/06/2022	21/12/2023	Nacional 104.308	100% da CDI - 0,98% a.a	Semestral	-	-	-	-	365	365
						-	-	-	440	45.284	45.724

## Empréstimos BNB

Em 29 de setembro de 2023 a Companhia celebrou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. o Contrato de Financiamento por instrumento Particular nº 35.2023.9396.30267, no valor de R\$ 114.738. Os recursos relacionados a este financiamento foram liberados parcialmente pelo Banco do Nordeste (BNB). Sendo a primeira liberação período de 20 de dezembro de 2023, representando 85% do valor total, ou seja, R\$ 97.527. Os 15% restantes do montante serão liberados à medida que forem comprovadas as obrigações financeiras relacionadas ao contrato.

O financiamento possui como fator de correção Juros Básicos Fixo de 5,3534 % ao ano e sobre os Juros Básicos Fixos incidirão os Juros Básicos Variáveis (JBV) com base no Fator de Atualização Monetária (FAM) apurado pela variação média do IPCA, referente ao período entre o 2º e o 13º meses anteriores ao mês de cálculo.

O financiamento possui carência do principal de 6 meses, com o primeiro pagamento de juros em 15/01/2024 a 15/04/2024. A partir de 15/05/2024, serão amortizados mensalmente principal e juros em 286 parcelas mensais consecutivas.

Para contratação do Financiamento foi exigido contratação de Fiança Bancária em favor do Banco, no valor equivalente a liberação do recurso financiado. A Fiança será mantida até a data efetiva da liquidação do contrato.

## 1º Emissão de debêntures

Em 15 de janeiro de 2024 Companhia efetuou a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações no montante de R\$ 55.000 com o valor nominal de R\$ 1.000. O recebimento das debentures ocorreu em 19 de janeiro de 2024. A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios equivalentes a IPCA + 6,40% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

As amortizações ocorrerão em pagamentos semestrais, primeiro pagamento de juros previsto para junho de 2024 e amortização do principal iniciando em dezembro de 2024. O vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2038.

A Companhia mantém o acompanhamento de todas as obrigações definidas na escritura de emissão. Não há obrigações atreladas a índices financeiros em 31 de dezembro de 2024.

O empréstimo e financiamento em moeda nacional é composto da seguinte forma:

Financiadores	Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	(% a.a.) Taxa efetiva	Periodicidade da amortização (Principal/Juros)	31/12/2024				31/12/2023			
						Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total
Banco do Nordeste - BNB	15/12/2023	15/10/2047	84.139	4,55% a.a	Mensal Semestral	(1.411)	418	96.634	95.641	(509)	101	97.614	97.206
1ª emissão Debêntures	19/01/2024	15/12/2038	55.000.000	IPCA		(2.006)	142	56.278	54.414	-	-	-	-
					Circulante	(205)	560	4.871	5.226	(509)	101	2.853	2.445
					Não circulante	(3.212)	-	148.041	144.829	-	-	94.761	94.761
						<b>(3.417)</b>	<b>560</b>	<b>152.912</b>	<b>150.055</b>	<b>(509)</b>	<b>101</b>	<b>97.614</b>	<b>97.206</b>

A movimentação dos empréstimos e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	31/12/2023	Ingresso de dívidas	Custo de captação	Encargos de dívidas (*)	Variação cambial	Amortização de Principal	Amortização de juros	31/12/2024
Banco Citibank	45.725	-	-	604	-	(46.329)	-	-
Banco do Nordeste	97.714	-	-	9.328	-	(1.216)	(8.773)	97.053
Debêntures	-	55.000	-	5.816	-	(1.100)	(3.296)	56.420
(-) Custo de captação - a amortizar	(509)	(3.122)	213	-	-	-	-	(3.418)
	<b>142.930</b>	<b>51.878</b>	<b>213</b>	<b>15.748</b>	<b>-</b>	<b>(48.645)</b>	<b>(12.069)</b>	<b>150.055</b>

	31/12/2022	Ingresso de dívidas	Custo de captação	Encargos de dívidas (*)	Variação cambial	Amortização de Principal	Amortização de juros	31/12/2023
Banco Citibank	144.798	-	-	18.190	(782)	(89.500)	(26.981)	45.725
Banco do Nordeste	-	97.528	-	186	-	-	-	97.714
(-) Custo de captação - a amortizar	-	-	(509)	-	-	-	-	(509)
	<b>144.798</b>	<b>97.528</b>	<b>(509)</b>	<b>18.376</b>	<b>(782)</b>	<b>(89.500)</b>	<b>(26.981)</b>	<b>142.930</b>

(\*) Os encargos sobre empréstimos foram capitalizados até 30 de setembro de 2023, devido a Companhia em fase pré-operacional. Após entrada em operação os valores foram registrados como despesa financeira.

## 10 Provisões

	31/12/2022	Ingresso	Atualização monetária	Realização	31/12/2023	Ingresso	Realização	Reversão de provisão	Atualização monetária	31/12/2024
Provisões de constituição de ativos (a)	-	22.479	-	(5.523)	16.956	7.041	(14.711)	(2.286)	-	7.000
Provisões para compensações ambientais (b)	-	1.496	-	(75)	1.421	-	(319)	-	-	1.102
Provisões para desmobilização de ativos (c)	-	5.076	69	-	5.145	-	-	-	551	5.696
	-	<b>29.051</b>	<b>69</b>	<b>(5.598)</b>	<b>23.522</b>	<b>7.041</b>	<b>(15.030)</b>	<b>(2.286)</b>	<b>551</b>	<b>13.798</b>
Circulante	-	-	-	-	16.594	-	-	-	-	730
Não Circulante	-	-	-	-	6.928	-	-	-	-	13.068
	-	-	-	-	<b>23.522</b>	-	-	-	-	<b>13.798</b>

(a) As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não

foram totalmente liquidados. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado.

- (b) As provisões para compensações ambientais referem-se a investimentos em programas ambientais no qual a Companhia realiza, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção do parque Eólico. As provisões são registradas em contrapartida no ativo imobilizado e são realizadas de acordo com a implementação desses programas.
- (c) As provisões para desmobilização são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu, à exceção das obras aterradas, como fundações, rede de água e esgoto, etc. A provisão para desmobilização está registrada em contrapartida ao imobilizado.

## 11 Partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos em aberto na data-base das demonstrações contábeis provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

### 11.1 Transações com partes relacionadas

Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

#### (A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	31/12/2024	31/12/2023
<b><u>Ativo circulante</u></b>		
Contas a receber de clientes - Alupar Investimento S.A.	563	-
Contas a receber de clientes - WEG Linhares Equipamentos Elétricos S.A	1.191	-
Contas a receber de clientes - WEG Equipamentos Elétricos S.A	1.918	-
	<b>3.672</b>	<b>-</b>
<b><u>Passivo circulante</u></b>		
Prestação de serviços - AF Energia S.A	2	-
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.	1.797	1.788
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A	61	-
	<b>1.860</b>	<b>1.788</b>
<b><u>Passivo não circulante</u></b>		
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A	-	-
	114	-
	<b>114</b>	<b>-</b>

**(B) Partes relacionadas: informações do resultado.**

	31/12/2024	31/12/2023
<b><u>Receitas</u></b>		
Venda de Energia - Alupar Investimento S.A.	6.824	3.684
Venda de Energia - WEG Linhares Equipamentos Elétricos S.A	3.078	
Venda de Energia - WEG Equipamentos Elétricos S.A	26.014	3.684
<b><u>Custos</u></b>		
Prestação de serviços - AF Energia S.A	(29)	(19)
Juros s/ arrendamentos - Alupar Investimentos S.A	(22)	(19)
	<b>35.865</b>	<b>7.330</b>

**11.2 Garantias**

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantiadora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2024
25/05/2022	Diretoria	Alupar	Fiança	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 153/2020, - Carta nº 100422050008600	25/05/2024	27/05/2025	381	381
30/11/2023	Diretoria	Alupar	Fiança	Comissão compromisso o -Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2023.9392.30267 assinado em 27/09/2023	30/11/2023	01/12/2025	114.738	114.738
30/11/2023	Diretoria	Alupar	Fiança	Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2023.9392.30267 assinado em 27/09/2023	30/11/2023	01/12/2025	97.408	97.408
30/11/2023	Diretoria	Alupar	Fiança	Carta Fiança -Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2023.9392.30267 assinado em 27/09/2023	30/11/2023	01/12/2025	17.211	17.211

**11.3 Remuneração da alta administração**

Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não foi fixado remuneração aos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia.

**12 Patrimônio líquido**

Em 04 de julho de 2023 a Companhia, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 66.440. Assim, o capital social, que era de R\$ 94.973, passa a ser de R\$ 161.413, mediante a emissão de 66.440.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com valor unitário de R\$ 1. O total de ações ordinárias que era de 94.973.376, passa a ser 161.413.376.

O aumento de capital foi subscrito e integralizado da seguinte forma: (i) Subscritas pela Alupar Investimento S.A. com renúncia expressa da acionista AF Energia S.A ao direito de preferência para subscrição das ações, 11.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes ao valor de R\$ 11.000, integralizadas mediante a conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital. (ii) Subscritas pela Foz do Rio Claro Energia S.A. (“Foz”), com renúncia expressa da AF Energia S.A. ao direito de

preferência para subscrição das ações, 55.440.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes ao valor de R\$ 55.440, integralizadas mediante a conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital. Com o aumento de capital realizado a acionista “Alupar” passou a deter 28,46%, a “AF” 0,02% e “Foz” 71,52% do capital social da Companhia.

#### **Aumento de Capital na EAP II e conversão de ações**

Em finalização ao contrato celebrado em 5 de julho de 2023, divulgado na nota explicativa nº 1.1, a WEG efetuou aporte de capital na EAP II no montante de R\$10.656 em 6 de outubro de 2023 e com isso adquiriu 10.829.042 ações ordinárias da EAP II, ao preço de R\$0,98 por ação. Assim, o capital social, que era de R\$ 161.413, passa a ser de R\$ 172.069. A Alupar e Foz do Rio Claro realizaram troca de ações, ordinárias por preferenciais, em uma razão de 11 ações ON para 1 ação PN, que não resultou na perda de controle da Foz do Rio Claro.

A Alupar passou a ser proprietária de 4.087.876 ações preferenciais mediante a conversão de 44.969.803 ações ordinárias de emissão da Companhia e de sua titularidade em 4.087.876 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, portanto aproximadamente 11 ações ordinárias para cada ação preferencial.

A Foz passou a ser proprietária de 10.264.731 ações preferenciais mediante a conversão de 112.920.008 ações ordinárias de emissão da Companhia e de sua titularidade em 10.264.731 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, portanto aproximadamente 11 ações ordinárias para cada ação preferencial.

Com isso a participação acionária na EAP II é a seguinte:

	31/12/2024 e 31/12/2023					
	Ordinárias		Preferencias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>						
Alupar Investimento S.A	1.003.573	6,99%	4.087.876	28,48%	5.091.449	17,74%
AF Energia S.A	-	-	-	-	-	-
Foz do Rio Claro Energia S.A	2.519.992	17,56%	10.264.731	1	12.784.723	44,54%
WEG Equipamentos	9.876.086	68,81%	-	-	9.876.086	34,41%
WEG Linhares	952.956	6,64%	-	-	952.956	3,32%
<b>Total das ações</b>	<b>14.352.607</b>	<b>100,00%</b>	<b>14.352.607</b>	<b>100,00%</b>	<b>28.705.214</b>	<b>100,00%</b>

Conforme descrito no contrato, na distribuição de dividendos, cada ação preferencial fará jus ao recebimento de dividendo correspondente a 10 vezes o valor distribuído a cada ação ordinária, logo a WEG fará jus de 6,86% do dividendo distribuído e a Alupar e Foz do Rio Claro farão jus a cerca de 93,14%.

### 13 Receita operacional líquida

	MWh	31/12/2024	MWh	31/12/2023
<b>Receita de geração de energia elétrica</b>				
Suprimento de energia	2.542	706	24.096	2.588
Suprimento de energia - Partes relacionadas	167.243	35.916	27.013	3.684
Ajuste positivo CCEE	-	471	-	652
	<b>169.785</b>	<b>37.093</b>	<b>51.109</b>	<b>6.924</b>
<b>Deduções</b>				
PIS - Programa de integração social		(613)		(45)
COFINS - Contribuição para o		(2.821)		(208)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços		(146)		(53)
		<b>(3.580)</b>		<b>(306)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>33.513</b>		<b>6.618</b>

### 14 Custos e despesas operacionais

	Nota	31/12/2024		31/12/2023	
		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
<b>Custos não gerenciáveis</b>					
Encargos de uso da rede elétrica		(2.260)	-	(2.406)	-
Doações, contribuições e subvenções		-	(24)	-	-
		<b>(2.260)</b>	<b>(24)</b>	<b>(2.406)</b>	<b>-</b>
<b>Custos gerenciáveis</b>					
Energia comprada para revenda		(6.475)	-	(1.022)	
Seguros		(217)	(3)	(104)	(328)
Alugueis		(80)	(24)	(69)	(6)
Pessoal		(274)	(1.139)	(9)	(194)
Material		(98)	(15)	(307)	(3)
Serviços de Terceiros		(2.266)	(440)	(414)	(211)
Serviços de Terceiros - Partes relacionadas	11	(29)	-	(19)	-
Outros tributos e taxas		(125)	(47)	(2)	(32)
Outras receitas		2	(12)	-	-
		<b>(9.562)</b>	<b>(1.680)</b>	<b>(1.946)</b>	<b>(774)</b>
<b>Depreciação e Amortização</b>	7 e 8	(13.616)	(54)	(4.508)	(9)
		<b>(13.616)</b>	<b>(54)</b>	<b>(4.508)</b>	<b>(9)</b>
		<b>(25.438)</b>	<b>(1.758)</b>	<b>(8.860)</b>	<b>(783)</b>

## 15 Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Despesas Financeiras</b>		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos (*)	(15.748)	(5.223)
Outros	(2.322)	(237)
<b>Total</b>	<b>(18.070)</b>	<b>(5.460)</b>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Receita de aplicações financeiras	1.275	406
Outros	1.445	825
<b>Total</b>	<b>2.720</b>	<b>1.231</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(15.350)</b>	<b>(4.229)</b>

(\*) Os encargos sobre empréstimos foram capitalizados até 30 de setembro de 2023, devido a Companhia em fase pré-operacional. Após entrada em operação os valores foram registrados como despesa financeira.

## 16 Imposto de renda e contribuição social correntes

	<b>Lucro Real</b>	
	31/12/2024	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.033)	(9.033)
(-/+ Adições e/ou exclusões	832	832
( - ) Debêntures	(1.745)	(1.745)
<b>Base de cálculo IRPJ e CSLL</b>	<b>(9.946)</b>	<b>(9.946)</b>
IRPJ e CSLL	-	-
Alíquota de Adicional IRPJ (Exceder R\$ 20/Mês - R\$ 240/Ano) 10%	-	-
Outros ajustes	2	-
<b>Total dos tributos correntes</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
Tributos Diferidos Extensão da concessão		
Tributos Diferidos Diferenças Temporárias	203	73
<b>Tributos diferidos</b>	<b>203</b>	<b>73</b>
<b>Total dos tributos</b>	<b>205</b>	<b>73</b>

	<b>Lucro Presumido</b>	
	<b>31/12/2023</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
<b><u>Apuração Lucro Presumido</u></b>		
Faturamento e Liquidação CCEE (*)	6.924	6.924
	8%	12%
Presunção do lucro - 8% / 12%	<b>554</b>	<b>831</b>
Receita financeira	1.995	1.995
<b>Base de cálculo IR e CS</b>	<b>2.549</b>	<b>2.826</b>
Alíquota	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ	10%	-
	<b>613</b>	<b>254</b>
Outros ajustes	(8)	(3)
<b>Total dos tributos correntes</b>	<b>605</b>	<b>251</b>
<b>LAIR</b>	<b>(7.254)</b>	

#### **Ativos fiscais não reconhecidos**

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 10.044 que gerariam ativos fiscais diferido. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que a operação da Companhia está nos primeiros anos de atividades.

## **17 Instrumentos financeiros**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

### **17.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil, do valor justo e hierarquia dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis :

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	31/12/2024		31/12/2023		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>Ativo</b>						
Caixa e bancos	213	213	535	535	-	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	10.050	10.050	6.973	6.973	Nível II	Valor justo por meio de resultado
	<b>10.263</b>	<b>10.263</b>	<b>7.508</b>	<b>10.231</b>		
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	1.338	1.338	2.493	2.493	-	Custo amortizado
Empréstimos em moeda nacional	95.641	95.641	97.206	97.206	-	Custo amortizado
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	45.724	45.724	-	Custo amortizado
Debêntures	54.414	57.128	-	-	-	Custo amortizado
	<b>151.393</b>	<b>154.107</b>	<b>145.423</b>	<b>145.423</b>		

Empréstimos e financiamentos: em decorrência desses contratos não serem contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia, possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. O principal instrumento utilizado é o swap. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

## 17.2 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

### *Risco de crédito*

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

### *Risco de taxas de juros*

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

**Risco de regulação**

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

**Risco da escassez de vento**

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

**Risco de taxas de câmbio**

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se: ao risco de moeda estrangeira nos empréstimos e financiamentos indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia. Para mitigar a exposição de risco de moeda estrangeira. Para mitigar a exposição de risco de moeda estrangeira, a partir do 2º trimestre de 2022, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos.

**Risco de liquidez**

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

**Análise de sensibilidade de investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários**

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2024, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%, conforme demonstrado abaixo:

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		5,53%	8,30%	11,06%	13,83%	16,59%	
Investimentos de curto prazo	CDI	7.122	394	591	788	985	1.182
Títulos e valores mobiliários	CDI	2.928	162	243	324	405	486

**Análise de sensibilidade das dívidas**

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2024, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2024 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			<b>4,37%</b>	<b>6,56%</b>	<b>8,74%</b>	<b>10,93%</b>	<b>13,11%</b>
Banco do Nordeste	TJLP +	97.053	7.452	9.640	11.828	14.016	16.204
Debentures	TJLP +	56.420	4.332	5.604	6.876	8.148	9.420

## 18 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

	Nota	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa		Efeito não caixa			Saldo em 31/12/2024
			Amortização Principal e juros	Adições/baixas	Captações / Ingressos	Encargos	Outros	
<b>Aumento (redução) de passivos financiamento</b>								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	142.930	(60.714)	-	52.091	15.748	-	150.055
Arrendamentos		2.768	(526)	-	-	461	1.491	4.194
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		5.000	-	(5.000)	-	-	-	-
		<u>145.698</u>	<u>(61.240)</u>	<u>(5.000)</u>	<u>52.091</u>	<u>16.209</u>	<u>1.491</u>	<u>154.249</u>
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)</b>								
		<u>145.698</u>	<u>(61.240)</u>	<u>(5.000)</u>	<u>52.091</u>	<u>16.209</u>	<u>1.491</u>	<u>154.249</u>

## 19 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 243 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 102 em 31 de dezembro de 2023) referente a benefícios.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

## 20 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2024.

<b>Risco/Objeto</b>	<b>Importância segurada</b>	<b>Prêmio</b>	<b>Término da vigência</b>
Risco de responsabilidade civil geral	10.000	6	21/07/2025
Riscos nomeados e Operacional	253.427	524	21/07/2025
Risco de responsabilidade civil (D&O)	50.000	3	28/08/2025
<b>Total</b>	<b>313.427</b>	<b>534</b>	

\* \* \*